

UM ESPECTRO RONDA O PARANÁ: O PROJETO SOCIETÁRIO DO PCB E A ELEIÇÃO DE UM DEPUTADO ESTADUAL COMUNISTA, EM 1947

Dr. Regis Clemente da Costa  0000-0002-6914-039X
Universidade Estadual de Ponta Grossa

RESUMO: Esse artigo objetiva discutir a eleição de José Rodrigues Vieira Netto como deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro, no Paraná, em 1947, no contexto da legalidade do partido (1945-1947) e a construção de um projeto societário comunista em vista da transformação social. Apóia-se nas fontes arquivadas pela Delegacia de Ordem Política e Social no Paraná (DOPS-PR) que

serviram para fichar, monitorar e processar os militantes comunistas a partir da década de 1930. Esse estudo insere-se no âmbito da História Intelectual e trabalha a partir do conceito gramsciano de intelectual orgânico na tentativa de mostrar as ações do partido no Paraná, privilegiando um olhar sobre o projeto societário comunista no estado e a eleição de Vieira Netto.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto societário; Vieira Netto; Intelectual orgânico.

A GHOST HAUNTS PARANÁ: THE PCB SOCIETY PROJECT AND THE ELECTION OF A COMMUNIST STATE DEPUTY, IN 1947

ABSTRACT: This paper aims at discussing the election of José Rodrigues Vieira Netto as State Deputy of the Brazilian Communist Party in Paraná in 1947, in the context of legality of that party (1945-1947) and the construction of a communist society Project with the purpose of transforming the society. It is based on the files of the Paraná Social and Political Order Office (DOPS-PR), which were used to record,

monitor and process the communist activists from the 1930s on. This study is inserted in the scope of Intellectual History and has been developed from the Gramsci's concept of organic intellectual, in an attempt to show the actions of that political party in Paraná, focusing on the communist society project in the State and the election of Vieira Netto.

KEYWORDS: Society Project; Vieira Netto; Organic intellectual.



1 INTRODUÇÃO

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em 1922. No Paraná, os primeiros registros da atuação dos militantes do PCB datam da década de 1920, porém, o partido só foi legalizado no estado no ano de 1945, quando conquistou a legalidade em nível nacional. A conquista da legalidade do PCB é parte de um movimento que se fortalece a partir do início da década de 1940. Neste contexto, destacam-se o fim do Estado Novo, o fim da Segunda Guerra Mundial, a luta antifascista e a aliança com os opositores ao nazi-fascismo. Nesse período aumentou significativamente a adesão dos intelectuais ao PCB.

A presença do PCB na história brasileira é marcada por contínuas disputas. A originalidade desta narrativa é recorte no Paraná e na experiência singular da eleição de José Rodrigues Vieira Netto, doravante Vieira Netto, a deputado por essa legenda. Apoiar-se nas fontes arquivadas pela Delegacia de Ordem Política e Social no Paraná (DOPS-PR) que serviram para fichar, monitorar e processar os militantes comunistas a partir da década de 1930, inclusive de registro do período em que o partido gozava da legalidade, uma vez que mesmo nos anos de 1945 a 1947, ocorreram o patrulhamento, a vigilância, o monitoramento e o fichamento dos integrantes do PCB.

Vieira Netto esteve inserido nas ações comunistas no Paraná desde o ano de 1944, quando foi fichado pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR) pela primeira vez. (DOPS-PR FI 45.992). Quando da organização do partido e das mobilizações em torno à sua oficialização e legalização no estado, Vieira Netto foi figura de destaque.

Este artigo tem como objetivo discutir a eleição de Vieira Netto como deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), no Paraná, em 1947, no contexto da legalidade do partido (1945-1947) e a construção de um projeto societário comunista em vista da transformação social.

Para tratarmos da legalidade do PCB, em 1945, o crescimento do partido e a eleição do deputado comunista Vieira Netto, em 1947, recorreremos ao



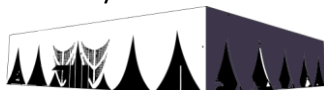
pensamento de Karl Marx e Friederich Engels, na obra Manifesto do Partido Comunista, que apontam “um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa uniram-se numa Santa Aliança a esse espectro: o papa e o czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais alemães” (MARX; ENGELS, 2002, p. 43).

Utilizamos o pensamento de Marx e Engels (2002) em analogia com o projeto societário comunista que os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) buscaram implementar no Brasil desde a sua fundação, e, mais especificamente no estado Paraná, quando o partido atuou na legalidade e ampliou seus quadros de maneira vertiginosa. No período em que esteve na legalidade, o PCB disputou duas eleições. Na primeira eleição, em 1945, o PCB não elegeu nenhum dos seus candidatos no Paraná. Na segunda, direcionada à eleição de deputados estaduais, realizada em 1947, Vieira Netto foi eleito. As candidaturas de Vieira Netto se dão no contexto do seu rompimento com a classe dominante e sua inserção como intelectual orgânico, junto ao proletariado.

O conceito de intelectual remete este texto ao âmbito da História Intelectual que, por sua vez, está inserida em um movimento de compreender os sujeitos denominados 'intelectuais', devido a sua postura e atuação perante as causas da sociedade, referentes aos valores universais, às causas da justiça e da verdade, que perpassam as questões políticas. Portanto, busca-se reconstituir a experiência dos intelectuais, narrando a sua história.

A respeito da História Intelectual, Silva (2003, p. 16), assevera que ela “oscila, por um lado, entre uma Sociologia, uma História e, até mesmo, uma biografia dos intelectuais, e por outro, entre uma análise das obras e das ideias como, por exemplo, uma possível versão da história da filosofia”. E ainda, “[...] a história intelectual parece ter por função a restituição das ideias. Elucidando os contextos de produção e de recepção de uma obra, ela possibilita uma melhor apreensão dos universos intelectuais” (SILVA, 2002, p. 13).

Diante das possibilidades de análise da História Intelectual, neste artigo, trabalhamos com o referencial teórico construído por Antônio



Gramsci, particularmente o conceito de intelectual orgânico, que se trata de um agente político determinante. O trabalho do intelectual orgânico não se esgota na produção do conhecimento científico, artístico, filosófico, mas estende-se, principalmente, ao exercício da função organizativa, própria das lutas sociais e políticas.

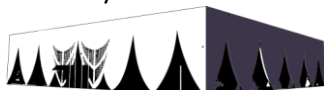
Nesse sentido, as questões que se referem à educação e à formação humana são compreendidas na perspectiva de que o intelectual acredita e age no contexto de um projeto societário, insere-se na sociedade e busca a formação dos sujeitos a ela ligados, por meio de práticas culturais, visão de mundo e ações políticas, a fim de transformar a ordem dessa mesma sociedade.

Na perspectiva de Gramsci (2001), há uma relação inerente ao intelectual orgânico, que é seu vínculo com o partido e do partido com o intelectual, asseverando que, para alguns grupos sociais, o partido político elabora sua própria categoria de intelectuais orgânicos, formados no processo do grupo social, envolvendo o campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva, ou seja, o processo de formação do intelectual no partido se dá numa organicidade entre a ação do partido e a ação do intelectual no partido e na sociedade (GRAMSCI, 2001).

Schlesener (1992, p. 29) corrobora com a discussão sobre o partido em Gramsci, ao salientar que o partido é o “[...] organismo criado pelas próprias massas como instrumento de luta e de autoeducação, de elaboração e difusão de uma nova concepção do mundo”.

O partido é também o articulador de alianças entre as classes operárias, pois sua função está em atuar na construção e na defesa do projeto hegemônico da classe trabalhadora. No seio da classe operária, terá sido forjada a classe dirigente, o intelectual orgânico dessa classe, como fruto dos processos formativos e educativos. Os intelectuais orgânicos dessa classe, por sua vez, atuarão na organização da cultura e na formação das gerações, numa luta cultural para transformar a mentalidade popular, nessa mesma perspectiva.

No que se refere ao intelectual orgânico, o pensador sardenho afirma que



Todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo” um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 2001, p. 53).

Não obstante, o intelectual não pode se restringir à eloquência, aos afetos e paixões, mas estar ativo na sociedade, como seu organizador, como agente político, como agente social, como organizador da cultura, a fim de superar a função de especialista, tornando-se dirigente político,

[...] mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanentemente’, já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político) (GRAMSCI, 2001, p. 53).

Ao associar intelectual à militância política e fundamentar a relação com partido na formação, o filósofo italiano oferece as condições para a análise do projeto societário do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (PCB) e a trajetória Vieira Netto como intelectual orgânico, eleito deputado estadual pelo PCB, em 1947.

2 O PCB NO PARANÁ: ENTRE A LEGALIDADE E A ILEGALIDADE

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado no Brasil no ano de 1922. Ao longo de sua existência, teve poucos períodos de legalidade no Brasil. Em sua fundação, teve a legalidade reconhecida de março a julho de 1922 e de janeiro a agosto de 1927. Posteriormente a 1927, o partido só retornou à legalidade, no ano de 1945. Em maio de 1947 o PCB é novamente colocado na ilegalidade e só voltou a ser legalizado no ano de 1985, com o fim da ditadura militar. (PANDOLFI, 1995, p. 47).

O retorno do PCB à legalidade, em 1945, gerou uma onda de novas filiações; passa a ser um partido de massas, com força política de grande



expressão nacional, pois “de 100 militantes na ativa, em 1942, passa a quase três mil em 1942/43, indo para cinquenta mil em 1945, e quase 200.000 no ano seguinte” (SEGATTO, 1981, p. 48).

Para Pandolfi (1995), a conquista da legalidade pelo PCB está circunscrita no contexto da luta antifascista, que tirou os comunistas do isolamento, tanto na Europa como na América Latina, aumentando, significativamente, seu contingente de votos. No Brasil, acrescenta-se, ainda, o fato do PCB ter defendido uma ampla aliança com todos os que se opunham ao nazi-fascismo, o que lhe rendeu a conquista da legalidade. Na mesma linha, Konder (1980, p. 103) destaca que o período pós-guerra permitiu, “pela primeira vez à agremiação vir completamente à superfície, mostrar-se por inteiro aos olhos da opinião pública ao longo de dois anos; e isso, no único momento de sua história em que o PC foi, entre nós, um *partido de massas*”.

Esse movimento que desencadeia a legalidade do partido em 1945, no entanto, inicia-se a partir de 1942. Segatto (1981, p. 45) afirma que “é nesse contexto, de luta pelas liberdades democráticas, que o PCB irá reorganizar e voltar a agir e influenciar na vida política brasileira”. O Registro do PCB junto ao TSE ocorreu no dia 10 de novembro de 1945. Desde então, o PCB volta, oficialmente, à legalidade e, no mesmo ano, já lança nomes ao pleito eleitoral em curso.

Oficialmente, o PCB no Paraná foi legalizado no ano de 1945, no entanto, segundo os militantes do partido, as atividades dos comunistas no estado iniciaram na década de 1920. Para Milton Ivan Heller, apesar de não ter o registro de quando o partido foi fundado no estado, baseado na idade que tinha quando seu pai vivia foragido, sugere que o PCB tenha chegado ao Paraná entre 1922 e 1928. (CODATO; KIELLER, 2008). Nos arquivos da DOPS-PR, os primeiros registros sobre as atividades dos comunistas no estado datam no ano de 1934 (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT312.34, p. 16).

A fundação oficial – porém, ainda não legal – do PCB no Paraná ocorreu no dia 19 de setembro de 1945. Os preparativos para esse acontecimento incluíram



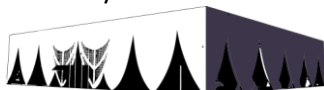
comícios, propagandas por meio de cartazes, faixas, divulgação em rádios. Em notícia publicada no Jornal Diário da Tarde de 14/09/1945, anuncia-se a “a festa de instalação oficial do Comitê Estadual do Paraná, marcada para 19 do corrente, às 20h30 horas no Cine Vitória, irá marcar um passo decisivo na marcha pacífica do povo paranaense para a Democracia e o Progresso” (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 277).

A solenidade de fundação contou com caravanas de várias regiões do estado e com a presença de integrantes do Comitê Nacional. “Representará o Comitê Nacional do P.C.B. na festa de hoje, o escritor e jornalista Dalcídio Jurandir que, hoje à tarde, chegará a esta capital” (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 281).

Entre os comunistas envolvidos nos preparativos para a solenidade de fundação do PCB no Paraná, destaca-se o nome de Vieira Netto. Segundo o Jornal carioca Tribuna Popular, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro, em edição publicada em 29 de setembro de 1945, Vieira Netto foi um dos comunistas que fizeram uso da palavra, nessa ocasião “o Dr. Vieira Netto agradeceu a presença do povo e atacou a rearticulação integralista que se opera contra a democracia e contra o povo. [...] toda a assistência, de pé, aplaudindo as últimas palavras do orador, clamou pela Constituinte (A INSTALAÇÃO, 1945, p. 1).

Dentre as atividades desenvolvidas por Vieira Netto junto ao PCB no contexto da oficialização do partido no Paraná, destaca-se a participação na Comissão Central Eleitoral do PCB, nas eleições de 1945. Nessa comissão, Vieira Netto assinou diversos requerimentos, informes, orientações, pedidos de informação. Alguns, inclusive, em papel timbrado de seu Escritório de Advocacia (BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30).

Outra frente de militância de Vieira Netto dentro do PCB, no período que antecede a oficialização do Partido, foi na Comissão para dar maior divulgação ao discurso de Luiz Carlos Prestes. “Foi nomeado para uma comissão pelo Comitê Estadual do P.C.B., para dar maior divulgação no discurso de LUIZ CARLOS



PRESTES. [sic]”, conforme registrado pelos agentes da DOPS-PR, em 07 de julho, de 1945 (DOPS-PR, PI 2194-400).

O nome de Vieira Netto, no entanto, não figura entre os que foram nomeados à frente do Comitê Estadual do PCB, mesmo tendo participação ativa no processo que antecede o lançamento oficial do Partido no Estado.

3 AS CANDIDATURAS EM TEMPO DE LEGALIDADE DO PCB: VIEIRA NETTO, UM COMUNISTA NA ALEP

Vieira Netto, filho de Ulysses Falcão Vieira e Carmem Alvarez, nasceu no dia 15 de dezembro de 1913, em Rio Negro, PR. Seu nascimento se deu no período em que o pai trabalhava como promotor público nessa cidade. O nome de José Rodrigues Vieira Netto é uma homenagem ao seu avô paterno, José Rodrigues Vieira.

Profissionalmente, Vieira Netto iniciou a carreira aos 18 anos, como promotor público, na cidade São José dos Pinhais, quando cursava o segundo ano do curso de Direito, na Faculdade de Direito do Paraná. Nas Revoluções de 1930, envolveu-se nas ações contra a oligarquia, atuando na Aliança Liberal. Ainda na década de 30, integrou a diretoria do Instituto dos Advogados do Paraná, vindo a ocupar a presidência, no ano de 1941 (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1147.137, p. 4). Nesse mesmo período, iniciou sua atuação docente na Faculdade de Direito do Paraná. Como professor de filosofia, Vieira Netto atuou no Colégio Rio Branco e há menções às suas relações com o Colégio Novo Ateneu em registros feitos pela DOPS-PR (FI 45.992) e em Vieira Netto (1957).

A partir do ano de 1945, quando se vincula oficialmente ao PCB, Vieira Netto rompe, politicamente, com a classe dominante e passa atuar no Partido Comunista Brasileiro, como intelectual orgânico, junto à classe trabalhadora. Essa atuação perdura até o seu falecimento, no ano de 1973.

Ao entrar para o PCB, Vieira Netto teve rápida ascensão dentro do Partido. Em pouco tempo de militância, conquistou espaço significativo e, já no ano de



1945, foi lançado como candidato a Deputado Federal. A eleição do ano de 1945 foi a primeira participação do PCB, desde a sua fundação, com candidatos lançados pela legenda que recém saía da ilegalidade, após quase duas décadas sem registro oficial.

As literaturas memorialistas ou pesquisas sobre o PCB no Brasil são unânimes em apresentar o período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, à vitória da URSS sobre o nazi-fascismo e o enfraquecimento da Ditadura Vargas, no Brasil, como sendo o de maior expressão e inserção social, política e cultural do PCB desde sua fundação. Esses fatores culminaram na conquista da legalidade (1945-1947), e foi nesse período, que o PCB cresceu e se transformou na maior organização comunista da América Latina.

Nesse cenário de crescente atuação do PCB, se dá a primeira candidatura de Vieira Netto ao legislativo, concorrendo a deputado federal. O Secretário Geral do Comitê Estadual do PCB, no Paraná, em carta a Prestes, solicita que Vieira Netto seja o candidato, alegando ser a maior expressão eleitoral em Curitiba. Seu nome foi anunciado para tal, na seção de posse dos membros do Comitê Municipal do PCB em Curitiba (DOPS-PR - BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174) no dia 31 de outubro de 1945.

Vieira Netto, que havia recém filiado ao PCB, inicialmente encontrava resistência interna no Partido, devido às suas raízes familiares junto à classe dominante. Essa resistência à Vieira Netto, por mais que tenha sido momentânea, está relacionada ao fato de que os intelectuais no PCB nem sempre tiveram papel de destaque, por mais que integrassem o Partido desde a fundação. Prestes, recém-convertido ao marxismo-leninismo, defendia que os trabalhadores eram dotados de um instinto revolucionário inato, que os tornava politicamente superiores aos intelectuais. Nesse sentido, inicialmente, tanto Prestes como o núcleo central do Partido acolheram os intelectuais com suspeita e desconfiança (CHILCOTE, 1982).

Após o Estado Novo, no entanto, o número de intelectuais no Partido aumentou significativamente. A vinculação de Vieira Netto ao PCB se dá, nesse

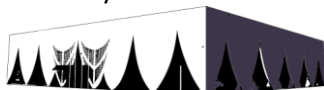


contexto. Importante ressaltar que, na concepção gramsciana, a dicotomia conceitual de que o intelectual ligado à classe dominante não se sobrepõe ao intelectual oriundo da classe trabalhadora. Pelo contrário, o intelectual é aquele que está vinculado à sua classe, organicamente, atuando em prol dessa mesma classe (GRAMSCI, 2001).

Destarte, a resistência ao nome de Vieira Netto vai sendo quebrada, à medida que ele conquistava seu espaço por meio da efetiva militância e a partir de iniciativas do Partido em apresentá-lo como filho de família profundamente democrática, enaltecendo suas qualidades como advogado e lutador das causas sociais e democráticas, com prestígio popular, conquistado por meio de seus discursos em praça pública. “Destacado lutador anti-fascista, participou ativamente das campanhas patrióticas de preparação do povo para a guerra, na exaltação da F.E.B. e em todos os movimentos de índole democrática.” (BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30, p. 231). Essa apresentação de Vieira Netto se refere ao contexto em que o PCB no Paraná apresentou seus candidatos a Deputado Federal, à Assembleia Nacional Constituinte, no ano de 1945.

As eleições no ano de 1945 foram realizadas no dia 2 de dezembro e incluía a disputa pelos cargos de Presidente da República, Senador e Deputado Federal. O PCB havia conseguido seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral no mês de novembro e, portanto, lançou candidatos em vários estados brasileiros. No Paraná, além de Vieira Netto, a chapa do PCB era composta por mais seis candidatos a Deputado Federal, conforme registro encontrado em pasta Comitês Comunistas do PCB de Paranaguá da DOPS-PR (BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30, p. 237).

Findadas as votações, os candidatos do PCB a Deputado Federal conseguiram (juntos) um total de 6.570 votos, para o partido nas eleições à Assembleia Constituinte Nacional, realizadas em 02 de dezembro de 1945, (BRASIL, 1973), porém, nenhum candidato comunista se elegeu nesse pleito. Dentre os candidatos do PCB, Vieira Netto foi o mais votado, obtendo 1.469 votos (GONÇALVES, 2004).



No entanto, antes de ocorrer o pleito, é possível notar que o Partido lutava contra o curto período de tempo entre a sua legalização e o dia da eleição, além de questões como acusações feitas por detratores, adjetivando-os de anti-religiosos, anti-católicos, dentre outros.

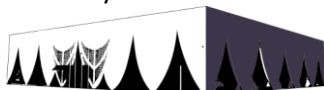
As acusações proferidas ao PCB e seus candidatos se inserem no bojo do anticomunismo, como afirmam Gimenez e Ribeiro (2014, p. 197), que

o catolicismo assumia um papel de destaque na sociedade curitibana, influenciando a prática social e as concepções de sociedade de grande parte da coletividade. Desta forma, o imaginário anticomunista católico colocou-se entre os principais mobilizadores do medo do comunismo entre as elites e as classes médias curitibanas, mobilizando as energias e orientando as práticas sociais em função do combate ao comunismo.

Ao demonstrar ter ciência desse contexto e dos possíveis prejuízos no processo eleitoral, os comunistas desmentem tais acusações, defendendo-se e justificando-se, por meio de carta (DOPS-PR -BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30, p. 219), afirmando que o PCB apoia o nome de um católico, Yedo Fiuza, para presidente. Segundo expresso na carta, o PCB considerava que seus detratores eram os “remanescentes da quinta-coluna, integralistas hoje sem camisa, acoitados em várias aglomerações políticas, sem hombridade moral para aparecerem como de fato são” (DOPS-PR-BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30, p. 219).

A eleição, em dezembro de 1945, teve a participação direta do PCB elegendo vários parlamentares no país. A realização dessas eleições era pauta intransigente do PCB que encampou a luta em defesa de eleições livres e democráticas em todo o país, com vistas à Constituinte na busca de fortalecer a democracia, vilipendiada nos anos da Ditadura Vargas.

Em carta intitulada “Por Uma Assembléia Constituinte livremente eleita”, o PCB, em 21 de agosto de 1945, manifestava seu posicionamento, conclamando os diversos setores democráticos e progressistas à luta democrática, dentre outros pontos. (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 294). Nessa carta, o PCB enfatiza que o caminho para a democracia passa pelas eleições e que o povo organizado é a grande força das democracias.



os operários, os intelectuais anti-fascistas, os trabalhadores, homens e mulheres, jovens e velhos, a reforçar suas organizações e a lutar sem desfalecimento pela liquidação definitiva do fascismo, pela garantia, ampliação e consolidação da democracia, por uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE livremente eleita no menor prazo possível (DOPS-PR - BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 294).

No Paraná, as ações em torno da defesa da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte estão presentes. Na cidade de Curitiba, por exemplo, os comícios pró-constituente estão registrados na DOPS-PR e o chamado feito pelo PCB direciona-se ao “Proletariado de Curitiba”, por meio de panfleto. Nele, expõem-se as razões pelas quais o Partido defende a Assembleia Constituinte, enfatizando a defesa da democracia. “A convocação imediata de uma Assembléia Constituinte é a reivindicação máxima do povo do Brasil, em sua marcha pacífica para a Democracia” (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 296).

No mesmo panfleto, o Partido faz um chamado para Comício que se realizaria na Praça Osório e enaltece a importância do comparecimento: “Comparece a esse comício e estarás dando apoio àqueles que desejam a consolidação do mais decisivo passo em nossa marcha pacífica para a Democracia e o Progresso”. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 296).

Nesse ínterim, já em 1946, o PCB, no Paraná, intensifica suas ações em torno da realização das eleições para a Assembleia Constituinte Estadual, que ocorreram no estado, no dia 19 de janeiro de 1947. O Partido, que se mantinha em movimento de ascensão no contexto da legalidade e ampliava seus quadros de militantes (1945-1947), lançou vários candidatos a Deputado Estadual. O nome de Vieira Netto ao sufrágio foi aprovado, em carta proveniente do Comitê Nacional do PCB, assinada por Luiz Carlos Prestes. (DOPS-PR FI 45.992; PI 2194-400). “Em carta nº 11309, procedente do Comitê Nacional do P.C.B., e assinada por LUIZ CARLOS PRESTES, aprova o nome do Fichado para a candidatura a Deputado Estadual [sic]. (doc. Nº 156 do C.M.)” (PI 2194-400, p. 106).

Os documentos internos do Partido reforçam a candidatura de Vieira Netto, conforme registro da DOPS-PR, em de 02 de janeiro de 1947, referente a ofício



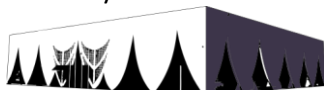
assinado por Prestes: “Em ofício sob nº 14714, rubricado por Luiz Carlos Prestes, o mesmo comunica ter sido escolhido o nome do Fichado para Candidato preferencial às eleições para Deputado Estadual”. (doc. Nº 38 do C. Estadual [sic]) (PI 2194-400, p. 4)

A campanha eleitoral do PCB para as eleições de janeiro de 1947 tinha como meta atingir 20.000 votos, com o objetivo de eleger quatro ou cinco deputados e era denominado “Plano de Emulação Estadual”. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174). As cidades que tinham as maiores metas a serem atingidas eram: Curitiba (7.000 votos), Londrina (2.000 votos) e, Paranaguá (2.000 votos), locais em que o Partido tinha sua base mais forte, naquele contexto.

As eleições de 19 de janeiro representam mais um passo no caminho de nosso povo para a Democracia e o Progresso. Será a grande possibilidade que se abre para o nosso povo para a definitiva liquidação dos restos do fascismo em nossa Pátria, para a sua libertação imperialista, para a solução unitária de exploração da terra e do trabalho e para a imediata [sic] solução da grave crise da hora presente (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 168).

Nesse pleito, foram eleitos 36 deputados constituintes no Paraná. No curso do avanço do PCB no estado, o Partido elegeu José Rodrigues Vieira Netto, seu primeiro deputado paranaense, que obteve 775 votos. Como suplentes, foram eleitos, Manuel L. da Costa Júnior (775 votos – empatado com Vieira Netto), Antônio Carlos Raimundo (454 votos), Nelson Torres Galvão (289 votos), Mozart de Oliveira Valin (286 votos) e Miguel Pan (283 votos). No total, o Partido recebeu 5.292 votos e, nas três cidades que tinham as maiores metas a serem atingidas, a votação foi de 2.174 (Curitiba), 319 (Londrina) e 656 (Paranaguá) (IPARDES, 1987).

O empate ocorrido entre Vieira Netto e Manuel L. da Costa Júnior, um estivador, merece destaque, pois revela o prestígio que Vieira Netto tinha dentro do Partido ao ser escolhido para assumir o cargo. “Foi discutido qual seria o Deputado a assumir a vaga na Assembléia Estadual [sic], discussão essa, tendo



sido o Fichado escolhido para o lugar de Deputado Estadual [sic] (doc .nº 202 do C.M.C.)”. (PI 2194-400, p. 6).

Segundo Monteiro (2013), esse fato se relaciona, também, com o comportamento elitista paranaense em votar em candidatos oriundos da classe dominante, principalmente, ligados às profissões liberais como a medicina e a advocacia, sendo, a maioria, descendentes das elites políticas, com raízes na Primeira República e, até mesmo, no Império.

Há, no entanto, que se ponderar a afirmação de Monteiro (2013), uma vez que Vieira Netto não advinha da classe operária, porém, desde os registros de sua militância no PCB se constata sua atuação junto aos trabalhadores, a atuação em defesa do proletariado e a inserção no projeto comunista. Isso não tornava Vieira Netto proletário, porém, lhe conferia consciência de classe e ação no sentido de construção de um projeto de sociabilidade.

Outra questão em relação à escolha de Vieira Netto para assumir o cargo de Deputado Constituinte nos remete às afirmações de que os intelectuais eram preteridos em relação aos proletários. A partir desse acontecimento, podemos inferir que, em algum momento, isso pode ter ocorrido, como relatam os autores já discutidos, no entanto, não foi o caso do Paraná, em que um intelectual, com raízes junto à classe dominante paranaense, profissional ligado às carreiras liberais, assumiu a vaga, mesmo tendo empatado no número de votos com o candidato Manuel L. da Costa Júnior.

Todavia, o mandato de Vieira Netto, durou apenas um ano. Em janeiro de 1948, ele foi cassado em consequência da cassação do registro do PCB em nível nacional. As denúncias que fundamentaram o processo de cassação do PCB foram apresentadas em 23 de março de 1946 e julgadas em 07 de maio de 1947, dando origem à Resolução 1.841 (BRASIL, 1947). A partir dessa Resolução e da Lei nº 211, sancionada no dia 07 de janeiro de 1948, determinou-se a perda dos mandatos dos pecebistas e de seus suplentes. A referida Lei previa, ainda, que as “Mesas dos Corpos Legislativos, a que pertencerem os representantes, declararão extintos os mandatos” (BRASIL, 1948).



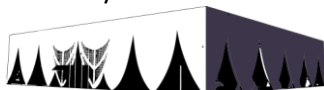
Em cumprimento à Lei nº 211/1948, a Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 12 de janeiro de 1948, declarou extinto o mandato de Vieira Netto e de seus suplentes. (PARANÁ, 2016). A extinção do mandato de Vieira Netto foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, no dia 13 de janeiro de 1948 (PARANÁ, 2016).

Em 2013, passados 65 anos da cassação do mandato do deputado estadual comunista Vieira Netto, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o restaurou, simbolicamente. A restauração ocorreu no dia 20 de agosto de 2013, conforme Ato da Comissão Executiva nº 1562/2013, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, “Art. 1º Restaurar, simbolicamente, o mandato do Deputado Estadual Dr. José Rodrigues Vieira Netto” (PARANÁ, 2016).

Conforme noticiado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, em 16 de agosto de 2013, o pedido de restauração do mandato partiu da entidade. “O presidente da Seccional, Juliano Breda, entregou pessoalmente o pedido ao presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, lembrando que ato semelhante, no Senado Federal, restituiu, recentemente, o mandato de senador de Luiz Carlos Prestes” (ASSEMBLEIA, 2017).

Há, também, o registro de que o Deputado Tercílio Turini tenha feito o requerimento para tal restauração e homenagem à Vieira Netto. Segundo Tercílio Turini, “a iniciativa resgata a história e repara atos de exceção que resultaram em perseguições, prisões e retirada de mandatos e direitos políticos de inúmeros cidadãos brasileiros” (ASSEMBLEIA, 2018).

As ações de Vieira Netto e do PCB nos anos de 1945 a 1947, ecoaram nas décadas posteriores e, seu mandato, cassado em 1947, foi restaurado em 2013. Vieira Netto não viveu para poder exercê-lo, como de direito, nem pode dar sequência às ações e projetos levados a cabo por ele e por seu partido, enquanto exercia o mandato, a fim de construir e efetivar o projeto societário do PCB em vistas da transformação social.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo discutiu-se a eleição de José Rodrigues Vieira Netto como deputado Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1947 no contexto da legalidade do partido (1945-1947) e a construção de um projeto societário e comunista em vista da transformação social. Nesse processo é possível observar que essa eleição está conectada ao processo de crescimento do PCB na década de 1940 e a legalidade do partido, conquistada em 1945.

Nota-se que a eleição de Vieira Netto representa um marco na trajetória do PCB e de Vieira Netto, uma vez que ele foi o primeiro e o único deputado comunista eleito pela legenda do partido no estado do Paraná. A eleição trouxe ao partido a perspectiva da atuação parlamentar e da possibilidade de pautar questões específicas da classe trabalhadora junto à Assembleia Legislativa, no breve período de duração de seu mandato.

Em virtude do crescimento do PCB e de seu fortalecimento no Paraná, observa-se a reação de parte da sociedade paranaense às ações políticas e ideológicas do partido. Nesse sentido, justifica-se a análise do projeto societário comunista que, no contexto da legalidade do partido ampliou seu alcance e projeção social para esfera das decisões políticas ao eleger um deputado comunista para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A ação das forças contrárias aos comunistas está relacionada à cassação do registro do partido, no ano de 1947 e a extinção dos mandatos dos comunistas em janeiro de 1948. Esses fatos reforçam as disputas no campo político-ideológico e realçam o combate ao projeto societário comunista em vias de construção e efetivação pelo PCB que chegara à esfera político-legislativa, ampliando seu campo de atuação e seu alcance.

Considerando-se as análises empreendidas sobre o PCB, desde a sua fundação, a atuação dos seus militantes em tempos de legalidade ou de ilegalidade do partido, o seu rápido crescimento, a conquista da legalidade em 1945 e a eleição de Vieira Netto, é possível inferir que, de fato, um espectro



assombrava o Paraná, o espectro do comunismo. Destarte, as forças que atuaram a fim de cassar o partido e os mandatos dos comunistas eleitos democraticamente, reafirmam as posturas anticomunistas como estratégia de combate ao projeto societário anunciado e em vias de efetivação, seja na luta de seus militantes nas frentes junto à classe trabalhadora, seja pela via eleitoral e da atuação político legislativa, pelo partido.

É possível sustentar que as ações empreendidas pelo PCB para mobilizar a classe trabalhadora a lutar em defesa desta proposta ético-política que culminaram com a eleição de Vieira Netto, em 1947, caracterizam parte importante do projeto societário do Partido Comunista Brasileiro no Paraná e suas ações em vista da transformação social.

Vieira Netto, faleceu em 05 de maio de 1973, e, em seu testamento, reafirmou suas convicções, seu projeto e sua visão de mundo embasada na concepção teórica marxista. Ele não viveu para ver seu mandato restaurado em 2013, após o terem usurpado, em 1947.

FONTES E ARQUIVOS PESQUISADOS

1 - PASTAS TEMÁTICAS ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS-PR

CÓDIGO DA PASTA	TÍTULO DA PASTA
BR. PRAPPR.PB004.PT1468a.174	PCB P1 – Documentos diversos
BR. PRAPPR.PB004.PT312.34	Não nominada
BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30	Comitê Comunista do PCB de Paranaguá – Pasta 2
BR PRAPPR.PB004.PT1147.137	Instituto dos Advogados do Paraná

2 - PASTA INDIVIDUAL (PI) PESQUISADA NO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS-PR

NÚMERO DA PASTA	NOME DA PASTA
PI 2194.400	José Rodrigues Vieira Netto

3 - FICHAS INDIVIDUAIS PESQUISADAS NO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS-PR



NÚMERO DA FICHA

45.992

45.994

NOME DA FICHA

José Rodrigues Vieira Netto

José Rodrigues Vieira Netto

A INSTALAÇÃO do Comitê Estadual do PCB no Paraná. **Jornal Tribuna Popular**. Rio de Janeiro, 29 de setembro 1945, p. 1. Nº 113. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pasta=ano%20194&pesq=>> Acesso em: 18 mar. 2017.

ASSEMBLEIA realiza ato de restauração simbólica do mandato de Vieira Netto. **Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná**. Disponível em: <<https://www.oabpr.org.br/assembleia-realiza-ato-de-restauracao-simbolica-do-mandato-de-vieira-netto/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

ASSEMBLEIA devolve simbolicamente mandato do deputado Vieira Netto. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/divulgacao/noticias/assembleia-devolve-simbolicamente-mandato-do-deputado-vieira-netto-1>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 1841, sessão de 07 de maio de 1947**. Processo nº 411/412: Cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb>>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 211, de 7 de janeiro de 1948**. Regula os casos de extinção de mandatos dos membros dos corpos legislativos da união, dos estados, do distrito federal, dos territórios e dos municípios. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-211-7-janeiro-1948-367835-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

FGV (Fundação Getúlio Vargas); CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). **Jornal Tribuna Popular**: verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-popular>>. Acesso em: 15 maio 2017.

IPARDES. **O Paraná reinventado**: políticas e governo. Curitiba: IPARDES, 1987.

PARANÁ, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **RES: ALEP - Contato através do site**. [Central de atendimento ao cidadão]. Mensagem recebida: <REMOVIDO DEVIDO IDENTIDADE DE AUTORIA> em: 11 jul. 2016.

VIEIRA NETTO, José Rodrigues. In: **Anais da Assembleia Constituinte**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1949.



VIEIRA NETTO, José. Rodrigues. **Posse e domínio da herança**. Curitiba: Litero Técnica, 1957.

VIEIRA NETTO, José. Rodrigues. **Escrito de testamento que faz José Rodrigues Vieira Netto**. Curitiba, 1972.

REFERÊNCIAS

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro**: conflito e integração. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CODATO, Adriano; KIELLER, Márcio. **Velhos Vermelhos**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GIMENEZ, Andrea Beatriz Wozniak; RIBEIRO, Luiz Carlos. A Luta entre catolicismo e comunismo nas páginas das revistas curitibanas, 1945-1964. **Religare**. 2014. v.11, n° 2. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/22263/12356>>. Acesso em: 17 maio 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2. 2001.

KONDER, Leandro. O PCB no imediato pós-guerra (1945-46). **Revista Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, v. 8, [s.n°] p. 79-102. 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MONTEIRO, Cláudia. Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947). 2013, 207 f. **Tese** (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**: História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumurá, 1995.

SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *A História Intelectual em questão*. In: LOPES, Marcos Antônio. (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25.



SILVA, Helenice Rodrigues. da. **Fragments da História Intelectual:** entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2002.

Recebido em: 25-06-2019

Aceito em: 27-11-2019

